

Deixemos como está, *fim* para ver como fica?

Num recente programa de televisão, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, declarou taxativamente que as medidas então previstas pela Comissão Nacional de Energia, relativamente ao programa do álcool, não se destinavam apenas a restaurar o dinamismo no mercado consumidor de automóveis a álcool.

A série de providências com o objetivo de estimular o consumo de carros a álcool, e que vieram a público ontem, estavam inseridas, de acordo com o ministro, num contexto mais amplo de política econômica, destinado a reativar cuidadosamente a economia brasileira. O ministro Camilo Pena até citava o seu colega do Planejamento, Delfim Neto, lembrando que este se manifestara favorável a algumas providências no sentido de dinamizar as vendas de bens de consumo duráveis, em geral.

Nós ainda não estamos aptos a prever com precisão se as medidas anunciadas pela CNE sobre os veículos a álcool terão ou não o efeito de ativar este mercado. Esperamos que tenham, e alguns comerciantes do setor, melhor enfrontados no assunto do que qualquer economista, já andaram mostrando algum entusiasmo.

Mas, de qualquer modo, não achamos que aquelas medidas estejam inseridas no contexto maior de que nos falou o ministro, e nem nos parece que possam ter papel significativo numa eventual recuperação geral do ritmo dos negócios. Aliás, julgamos que talvez sejam tímidas até mesmo para o propósito específico a que se destinam — embora essa seja apenas uma opinião preliminar que não temos motivo para transformar em prognóstico.

Porém, no mesmo dia em que foram divulgadas as decisões da reunião dos ministros sobre os carros a álcool, surgiu também outra idéia, destinada, por enquanto, a ter mais repercussão do que efeitos práticos. Trata-se da redução do Imposto de Renda para empresas tomadoras de empréstimos nos bancos, mediante dedução de um múltiplo da despesa financeira do lucro tributável. Para compensar o fisco pela queda da arrecadação, surgiu ao mesmo tempo a idéia de aumentar o Imposto de Renda dos bancos, a título de taxação dos chamados lucros extraordinários...

Seja-nos permitido dizer preliminarmente que essa idéia não é nova e é muito inquietante. Não é nova porque na verdade faz parte de proposta já levantada várias vezes de aplicação da tabela progressiva de alíquotas do Imposto de Renda, aos lucros tributáveis das pessoas jurídicas. Assim, como ocorre no caso das pessoas físicas, quanto maior o lucro maior seria o imposto devido. Esse tipo de ação fiscal jamais foi posto em prática porque não só induziria as empresas a adotarem todos os expedientes possíveis e imagináveis para disfarçar seus lucros, em escala muito maior do que a eventualmente utilizada hoje em dia, como se transformaria num desestímulo a mais à aplicação de capital em atividades produtivas: é claro que quem aplica dinheiro espera ter o maior lucro possível; portanto, penalizar o crescimento dos lucros é simplesmente destruir a motivação maior da aplicação de capital.

Assim, o relançamento dessa idéia, no momento, parece-nos apenas uma fórmula ardilosa de aproveitar a reação natural da opinião pública e dos empresários diante dos faustosos lucros dos bancos, a fim de fazer passar uma fórmula que em outras circunstâncias não passaria. Sim, porque ninguém pense que a taxação de lucros extraordinários ficaria limitada apenas ao setor financeiro; e lembremos ainda que a definição do que seriam lucros "extraordinários" se constituiria em outra arma do governo. Se a sugestão partiu do presidente da República, como estão dizendo, é evidente que s.ex.a. laborou em equívoco ou a ele foi induzido maliciosamente pelos eternos conspiradores contra a livre empresa e contra os lucros

econômico deve ser flexível; para a evidência de que os pressupostos da estratégia adotada para o período 1980-85 estão desvanecendo-se; para a necessidade de um novo roteiro de sinalizações para a Nação e o empresariado; para os perigos de "atitudes fatalistas ou da concepção mecanicista dos ciclos".

Certamente entendemos que a margem de manobra é exígua. Mas não é nula, embora seja esta a impressão que se colhe do comportamento das autoridades.

privados. Aproveitaram o comprehensível escândalo do presidente em face dos lucros dos bancos para retirar do baú (e "vender-lhe") mais esse instrumento de assédio do governo aos rendimentos do setor privado.

Deixemos porém de lado esses fatos do dia, para darmos uma olhada mais panorâmica no que vem ocorrendo em nossa economia, mesmo porque os acontecimentos da semana nos parecem meros artifícios destinados a dar a impressão de que as autoridades econômicas se estão mexendo, estão trabalhando, estão procurando novos caminhos e soluções.

Na verdade, o que caracteriza o atual momento é o absoluto imobilismo, a total falta de iniciativa e de vontade de tomar iniciativa ou estudar qualquer sugestão que tenda a mudar as coisas ou a modificar o rumo dos acontecimentos. A impressão é que as autoridades adotaram definitivamente a tática de não fazer a menor marola, de medo de morrerem afogadas. Encontram-se presas no pântano das contas externas e é só com isso que se preocupam; qualquer coisa que lhes seja apresentada é encarada com terror pânico, como capaz de fazê-las perder o pé.

Tivemos até um episódio engraçado, teatral. O da entrega do documento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) às autoridades econômicas. O conteúdo do documento já era previamente conhecido e já tinha sido previamente repudiado pelos homens do governo. Mesmo assim ele foi entregue, num gesto solene e simbólico... para ser arquivado — com todo respeito!, como diria o cômico Jô Soares.

É evidente que essa olímpica indiferença das autoridades; essa recusa a examinar ou discutir qualquer sugestão; essa atitude de aparente arrogância, mas na verdade de desrespeito para com as pessoas que querem colaborar e de desprezo pelos sofrimentos da Nação; essa pasmosa caturrice de que só o que está sendo feito é que é certo, e nada mais pode ser feito — constituem o principal problema do momento.

O espanto que esse imobilismo vem provocando já atingiu inclusive o discreto e frio pessoal da Fundação Getúlio Vargas. A recente Carta do Ibre, publicada pela revista *Conjuntura Econômica*, alertava para o fato de que o planejamento